

"Protagonismo e Importância da Comissão de Heteroidentificação para a Igualdade Racial"

Realização:

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Proponente:

COMISSÃO ORDINÁRIA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora de Justiça titular da 13ª Procuradoria de Justiça Criminal

DANIELLA MARIA DOS SANTOS DIAS

Promotora de Justiça Titular da 4ª Promotoria de Justiça de Execução Penal e Controle Externo da
Atividade Policial de Marabá

REGINA LUIZA TAVEIRA DA SILVA

Promotora de Justiça titular do 1º Cargo da Promotoria de Justiça Criminal de Santa Izabel do Pará

Ministrante:

ZELIA AMADOR

**BELÉM – PARÁ
2024**

PROJETO DE CURSOS E EVENTOS

1. IDENTIFICAÇÃO

"Protagonismo e Importância da Comissão de Heteroidentificação para a Igualdade Racial"

2. PROPONENTE

COMISSÃO ORDINÁRIA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

3. JUSTIFICATIVA

A criação de comissões de heteroidentificação no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará visa assegurar a integridade das políticas de cotas étnico-raciais, fundamentais para a promoção da igualdade de oportunidades. Essas comissões são essenciais para verificar a veracidade das autodeclarações raciais dos candidatos, garantindo que as vagas reservadas sejam efetivamente ocupadas por indivíduos pertencentes a grupos racialmente sub-representados. Diante do racismo estrutural presente na sociedade brasileira, conforme aponta Silvio Almeida (2018), as ações afirmativas, incluindo as comissões de heteroidentificação, desempenham um papel crucial na correção de desigualdades históricas e na promoção da inclusão social. Assim, a formação e capacitação dos servidores e técnicos do Ministério Público são essenciais para a execução eficaz dessas comissões, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

4. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Promover a sensibilização e informação sobre a importância e os procedimentos das comissões de heteroidentificação, visando uma implementação efetiva das cotas étnico-raciais e garantindo a inclusão social através de um sistema robusto de heteroidentificação.

Objetivos Específicos

Sensibilizar os participantes sobre a importância das comissões de heteroidentificação na promoção da igualdade racial.

Apresentar os procedimentos e critérios utilizados pelas comissões de heteroidentificação para a verificação das autodeclarações raciais.

Discutir o impacto das políticas de cotas raciais e o papel das comissões de heteroidentificação na redução das disparidades raciais no acesso à educação e ao serviço público.

Capacitar os servidores e técnicos do Ministério Público para compor e atuar eficazmente nas comissões de heteroidentificação.

5. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO/EVENTO

Carga Horária: 2 horas

Tipo / Modalidade: híbrido

Período de inscrição:

Período de realização: 10 de junho

Número de vagas:

Público-alvo:	Estudantes, professores, servidores, promotores de justiça e a sociedade em geral.
Local:	

6. PROGRAMAÇÃO DO CURSO/EVENTO

Palestra

Lançamento dos vídeos da comissão de heteroidentificação

Lançamento da cartilha produzida pela comissão de heteroidentificação

7. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução às Ações Afirmativas e às Comissões de Heteroidentificação

Histórico das ações afirmativas no Brasil.

Papel das comissões de heteroidentificação na implementação das cotas étnico-raciais.

Fundamentos Legais e Normativos

Análise da Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e outras normativas relevantes.

Resolução nº 457/2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Procedimentos das Comissões de Heteroidentificação

Critérios para a composição das comissões.

Métodos de verificação das autodeclarações raciais.

Ética e imparcialidade no processo de heteroidentificação.

Desafios e Boas Práticas

Discussão sobre os desafios enfrentados pelas comissões de heteroidentificação.

Boas práticas para garantir a eficácia e a justiça nos processos de verificação.

Impacto das Políticas de Cotas e das Comissões de Heteroidentificação

Estudos de caso e experiências de sucesso.

Impacto na inclusão social e na redução das desigualdades raciais.

8. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, P. S. Heteroidentificação racial: o contexto das ações afirmativas no Ensino Superior. Praxis Educativa, v. 17, p. 1–14, [s.d.].

DA SILVA, M. C.; CUSTÓDIO, E. S. A universidade federal do Amapá e a comissão de heteroidentificação: entraves, desafios e possibilidades. Dialogia, n. 39, p. e20426, [s.d.].

GOMES, Nilma Lino. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: MEC, SECAD, 2003.

JOANA, Célia dos, Passos. A atuação da comissão de validação de autodeclarados negros na UFSC: uma experiência político-pedagógica. 2019.

MARTINS, E.; DE ALMEIDA MELLO, M. P.; RIBEIRO, F. B. Desafios das comissões de heteroidentificação na Universidade Federal de São Paulo. Revista Contemporânea de Educação, v. 16, n. 37, p. 9–27, [s.d.].

ROSA, A. A. DA; SANTOS, A. P. O. DOS; MARQUES, E. P. DE S. Comissões de heteroidentificação no Centro-Oeste: o caso da UFMS e da UFGD. Repecult - Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura, v. 5, n. 9, [s.d.].

SANTOS, Sales Augusto dos. Comissões de Heteroidentificação Étnico-Racial: lócus de constrangimento ou de controle social de uma política pública? O Social em Questão, vol. 24, núm. 50, 2021.

SARAH, Lempp. With the eyes of society? Doing race in affirmative action practices in Brazil. Citizenship Studies, 2019.

SILVA, A. C. C. DA et al. Comissões de heteroidentificação e universidade pública: processos, dinâmicas e disputas na implementação das políticas de ação afirmativa. Mana, v. 28, n. 3, [s.d.].

9. CORPO DOCENTE

Professora Zelia Amador

10. CONTROLE DE FREQUÊNCIA E CERTIFICAÇÃO

11. ORÇAMENTO